

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 015

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 06: Chico Noroeste - Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE MARÇO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 002/2000.

Curitiba, 29.02.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com o preceito contido no art.

54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar desse colendo Poder Legislativo, a exemplo de procedimentos já adotados através do Decreto Legislativo nº 001/99-ALE e de outros anteriores, autorização para meus eventuais afastamentos do país, assim como os da vice-governadora senhora Emilia de Salles Belinati, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários, com destino aos países que, juntamente com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - Mercosul.

A ora solicitada autorização poderia abranger os afastamentos que ocorreram até 31 de dezembro de 2000, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirado por 10 sessões do Projeto de Lei nº 104/99, item 06, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 007/99, item 02, em 1ª Discussão, de autoria do ilustre deputado Sérgio Spada, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 474/97, de minha autoria, que dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal do Estado do Paraná dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 52/2000, de minha autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a ADAG de Altônia, por estar em desacordo com a Lei nº 6994/78 que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio do Projeto de Lei nº 052/99, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Carlos Simões, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundo de agricultura familiar, para análise e parecer das Comissões Permanentes de Agricultura Indústria e Comércio e Ecologia e Meio Ambiente.

Nestes termos pede deferimento, conforme os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, a transformação da sessão do dia 25 de abril em Sessão Solene para as Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Avelino Righeti, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo faleci-

mento do senhor José Carlos Benati, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do engenheiro Elato Silva, ocorrido dia 12 de março de 2.000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 86 anos, faleceu nesta Capital, o engenheiro Elato Silva, que deixou viúva dona Iracema. Deixou quatro filhas e oito netos.

O passamento de Elato Silva veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este par- lamentar.

O engenheiro Elato Silva ficou conhecido como responsável pela construção do Teatro Guaíra e por outras obras que fazem parte da história de Curitiba, como o Centro Cívico e o Prédio da Biblioteca Pública. É dele também o trabalho na construção da Escola de Cadetes, em Campinas.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Elato.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Elato Silva, e o seu descanso não terá fim desde agora e para o todo sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida, Senhor, abençoei a família de Elato Silva para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Elato sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue a luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e, assim, possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva endereçando a ele voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital do Trabalhador, alusivos ao recebimento do título de Hospital Amigo da Criança que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência a diretora geral doutora Marelise Borges Brandão, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida República Argentina, 4406, CEP 81050-000, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após, ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Curitiba voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 29 de março, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Cássio Taniguchi através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após, ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado ao município de Reserva voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 26 de março, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Carlos Mário Justus Martins através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações a família Bombardelli de Toledo, em nome do senhor Jandir Fausto Bombardelli, diretor proprietário da Empresa Lacto Bom, pela inauguração da ampliação da respectiva empresa, ocorrida no dia 11 de março do corrente ano.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Avenida das Indústrias, Estrada Caça e Pesca, Km 2,5,

CEP 85.900-000, Caixa Postal 531, Empresa Lacto Bom, Toledo, PR, fone (45)277-3495.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Lacto Bom, de propriedade da família Bombardelli, atua na cidade de Toledo desde 1993.

Recentemente a Lacto Bom inaugurou a sua nova unidade, também na cidade de Toledo, que terá uma capacidade de produzir 50 mil litros/dia.

A empresa possui 35 funcionários diretos e mais de 150 funcionários indiretos, incluindo produtores, distribuidores e outros.

Os produtos da Lacto Bom são Leite B,C, desnatado, achocolatado, nata, doce de leite, além do estudo de colocação de outros produtos no mercado.

É preciso ressaltar o arrojo e competência da família Bombardelli, em expandir seus mercados, gerando mais empregos e trazendo mais divisas para a cidade de Toledo, bem como para todo o Estado do Paraná.

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a família Bombardelli, em nome do diretor proprietário, senhor Jandir Fausto Bombardelli, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres Pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações a família Beal, em nome do senhor Carlos Beal, um dos diretores proprietários do Supermercado Beal de Cascavel, pela inauguração da sua nova loja, ocorrida no mês de março do corrente ano.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Avenida Brasil, 6664, Caixa Postal 505, CEP 85806-000, Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Supermercado Beal teve suas atividades iniciadas no ano de 1972, através do patriarca, senhor Severino Antonio Beal.

Atualmente são 4 lojas na cidade de Cascavel e mais de 350 funcionários que trabalham na rede Super Beal.

É preciso ressaltar o arrojo e competência da família Beal, em expandir seus investimentos na cidade de Cascavel gerando mais empregos e trazendo mais divisas para a cidade de Cascavel, bem como para todo o Estado do Paraná.

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a família Beal, em nome do senhor Carlos Beal, solicitando, para

tanto, o voto favorável dos nobres Pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, envie-se expediente ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto e ao governador do Estado, Jaime Lerner, no sentido de que seja implantado um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia até o município de Maringá, visando atender toda Região Noroeste do Estado do Paraná, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os governos do Brasil e da Bolívia assinam amanhã, em Brasília, um acordo de integração energética que menciona possibilidade de implantação de gasoduto que passaria pelo território paraguaio e entraria no Brasil por Foz do Iguaçu. Trata-se do gasoduto Transiguaçu, cuja viabilidade vem sendo discutida desde o ano passado.

Esse seria um novo gasoduto, - pois já há um primeiro, que liga a Bolívia ao Brasil pela região sudeste, passando por Campo Grande (MS) e Estado de São Paulo, até a Capital paulista, com ramificações para o sul, para Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).

O novo gasoduto, passando por Assunção no Paraguai, viria ao Brasil por Foz do Iguaçu (PR), Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba (PR).

A ramificação de Foz do Iguaçu ou de Cascavel para Maringá, viria atender uma região pujante do país, que é o Noroeste do Estado do Paraná, incluindo municípios como Maringá, Paranavaí, Cianorte e Campo Mourão, todos com significativa participação na economia brasileira e em franco desenvolvimento no setor da agroindústria.

Recentemente, por exemplo, a Coamo, de Campo Mourão, foi distinguida como a maior cooperativa singular da América Latina, com receita superior a 1,2 bilhão de reais. Em Maringá, a Cocamar se destaca no cenário nacional, colocando o Paraná entre os Estados que mais produzem grãos no país.

A implantação desse ramal de gasoduto para a Região Noroeste do Estado viria trazer grandes indústrias ligadas ao setor primário, multiplicando o setor produtivo dessa região.

Ao governo federal, essa ramificação trará enormes vantagens no setor de arrecadação de tributos, extensivos ao governo do Paraná.

Esta a razão deste nosso requerimento, solicitando apoio de todos os nobres deputados desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Aparecida dos Santos, residente à Rua Adalberto Andrade nº 611, Vila Maria Antonieta, a qual, em nome dos usuários do ônibus alimentador Jardim Tropical, pede que o mesmo volte a fazer o antigo trajeto, ou seja, ir até o final da Rua Joaquim Simões. Como os usuários têm que se deslocar andando nessa rua, começaram a ocorrer constantemente muitos assaltos, deixando toda a comunidade muito apreensiva. Tal pedido já foi feito através de nosso requerimento LCM/AL/18.446/2000 à Prefeitura Municipal de Pinhais e recebemos respostas da mesma através do Ofício nº 034/2000-SMGOV., que o assunto é de competência dessa municipalidade.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - Telepar, no sentido de reiterar o pedido da senhora Maria Conceição Vicente, residente à Rua Ibaiti, nº 827 - Vila Rio Negro - bairro Pinheirinho, feito através de nosso requerimento LCM/AL/16.928 datado de 30.09.1998, referente agilização na instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita pelo CPF 356.791.079-53. Recebemos resposta dessa Telepar através do Ofício 7432-P em 19.10.1998 de que na época não havia facilidade técnica na central telefônica para a instalação do mesmo, porém até agora, quase dois anos passados, a senhora Maria Conceição continua sem telefone em sua residência. Face o exposto, ela refaz tal pedido.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo doutor Armando Raggio, Digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de procedimento para firmar convênios, abaixo mencionados, com o Hospital Metropolitano localizado no município de Sarandi.

Convênio para cirurgia cardíaca e implante de marca passo cardíaco.

Convênio para referência no atendimento de urgência e emergência - Portaria 2920/GM.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Murilo Tadeu Beller, diretor clínico do Hospital Metropolitano, Avenida Dom Pedro I, 65, CEP: 87.113-280, em Sarandi.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Metropolitano de Sarandi é o único hospital da região que tem perfil de atendimento voltado para pacientes do SUS, tendo prestado serviços a 8.000 pacientes do sistema no ano de 1999, representando 83% dos internamentos feitos.

Os convênios solicitados, por ter remuneração diferenciada, trarão inúmeros benefícios para o hospital, dando condições para continuar o atendimento e ampliar os serviços de alta complexidade à clientela do SUS.

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exce-lentíssimo senhor secretário dos Transportes, doutor Heinz Herwig, solicitando reparos urgentes ou recapeamento geral nas estradas PR 218 ligando a Rodovia Mar-ingá/Paranavaí passando por Atalaia até a cidade de Ângulo e da PR 458 ligando a até Flórida.

As estradas acima citadas encontram-se em péssimas condições de tráfego, colocando em risco a vida dos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 067/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná - Adamop, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A entidade, a qual se pretende declarar Utilidade Pública, é uma entidade municipalista, jurídica de direito público, sem fins lucrativos, fundada em 02 de abril de 1993, com 51 municípios associados, com o objetivo de lutar em prol das causas comuns aos interesses dos municípios membros, visando uma integração dos municípios com outras microrregiões, atuando em regime de cooperação.

A Adamop por ser uma entidade municipalista, trabalha para a união e o desenvolvimento também na área social, e busca um maior intercâmbio com todas as entidades afins, com um único objetivo o bem estar da população.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 068/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol, com sede e foro no município de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 25.02.1991, em Piraquara-PR, onde tem sua sede e foro, na Rua Elias Alves Pereira, nº 767, Bairro São Cristóvão.

Sua finalidade é social, esportiva e recreativa, visando proporcionar e estimular a prática do esporte, à jovens e aos veteranos, estimulando o surgimento de novos técnicos e árbitros, num ambiente fraterno e familiar.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta colenda Casa de Leis, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 069/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Melvin Jones - Distrito LD-6 de Lions Clubes - Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Melvin Jones - Distrito LD-6 de Lions Clubes - Paraná, constituída em 13.09.78, é uma entidade privada, de natureza civil e institucional, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal dar apoio institucio-

nal e financeiro aos Lions Clubes, no Norte do Paraná, em suas ações sociais e humanas, através de campanhas de natureza médica, na prevenção e tratamento de doenças - principalmente aquelas que acarretem à visão - diabete, deficiências físicas e mentais, prestando assistência gratuita às pessoas comprovadamente carentes.

Por estas razões, e por entender que a fundação deve merecer toda consideração e apoio dos órgãos públicos, conto com a aprovação da presente lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Neste final de semana, fui visitar Guaraqueçaba, município que tenho a satisfação e a honra de representar aqui na Assembléia Legislativa, que me deu quase 900 votos. É uma votação, para o município de Guaraqueçaba, considerada histórica.

Então tenho, ao longo do tempo, um carinho muito especial com Guaraqueçaba e, talvez Guaraqueçaba tenha me levado à inspiração para criar a Lei do ICMS Ecológico, que hoje repassa em torno de 100 mil reais para o município, o qual tem inúmeros problemas, uma situação diferente, porque é composto de várias ilhas que precisam de auxílio, de medicamento, precisam de escolas, precisam de transporte, precisam de todas as formas de atendimento por parte do município.

Guaraqueçaba tem uma característica muito interessante.

De Antonina a Guaraqueçaba hoje são quase 90 quilômetros de estrada de terra.

Há dois anos atrás se lançou a pedra fundamental lá, aonde o governo do Estado iria asfaltar esse trecho, aonde aumentaria o número de turistas, e, evidentemente, o turismo faria com que melhorasse a qualidade de vida daquelas pessoas que basicamente não têm emprego naquela região, são famílias que sofrem muito por falta de emprego, de educação, por exemplo.

Um dos assuntos que me traz à tribuna é a questão da formação do 2º grau em Tagaçaba. Os moradores de Tagaçaba, os estudantes têm que se deslocar diariamente para Guaraqueçaba, a 40 quilômetros, saindo às 16h00 e voltando de madrugada, muitas vezes com dificuldades, em ônibus com mal estado de conservação, sofrendo as famílias e sofrendo os estudantes.

Então queria chamar a atenção do líder do Governo para que a Secretaria de Educação tomasse imediata providência no sentido de criar o 2º grau, no distrito de Tagaçaba.

Outra questão que eu queria chamar a atenção da liderança do Governo, para que determine a imediata atenção na reforma dos colégios do município de Guaraqueçaba.

Há colégios em Guaraqueçaba que estão sendo interditados por problemas de reforma, coisa simples, coisa que a Fundepar poderia chegar lá e ajudar a resolver.

Venho aqui então nesta tarde, para pedir à liderança do Governo e ao Governo do Estado, já que tem feito muito por Guaraqueçaba, não podemos negar, o governo tem sido bom companheiro, levou a energia para a Ilha o Superagui junto com a Prefeitura Municipal, levou a água para a Ilha das Peças. Mas falta uma atenção mais efetiva na questão, como já disse, o 2º grau, e na questão da reforma das escolas e tantas outras iniciativas que nós temos e o governo tem de responsabilidade com esta região do litoral, mais especificamente, Guaraqueçaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com muita satisfação, a presença de visitantes ilustres a esta Casa no dia de hoje.

Estamos recebendo o sheik muçulmano, Mohamad Kalil, Saio Sharif Saio, Kamel Mansur, Ali Mansur e Mustapha Chalil. São representantes irmãos muçulmanos que nos visitam hoje, especialmente no dia que antecede o Dia do Sacrificio, o dia que é comemorado mundialmente pela religião muçulmana.

E nós, aqui desta Casa, os recebemos de braços abertos, com muita honra, e colocamos, como sempre, esta Casa de portas escancaradas para os senhores e os recebemos com muito respeito.

Parabéns pelo dia em que, mundialmente, os senhores comemoram amanhã. E em nome de todo o Poder Legislativo lhes damos as boas-vindas.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados. Quero, neste momento, manifestar a todos os Parlamentares o desejo de que possamos aprovar, na tarde de hoje, um requerimento de nossa autoria, onde se formula voto de congratulações, ao Hospital do Trabalhador, mais conhecido até hoje por nós como Hospital Geral do Portão. No dia de hoje às 11h00 da manhã, com a presença de ilustres autoridades do Estado do Paraná e de fora, recebeu o Hospital do Trabalhador o prêmio Amigo da Criança, pelo trabalho que certamente vem se desenvolvendo naquela unidade hospitalar, em apoio não só às crianças, mas a toda família curitibana, paranaense e brasileira que acorre àquela casa hospitalar em busca de saúde.

Nossa vontade é que possamos, todos nós, deputados estaduais do Paraná, através deste nosso requerimento, manifestar, também a nossa solidariedade, as nossas congratulações ao Hospital do Trabalhador sediado no bairro do Portão pelo prêmio que recebe, de Amigo da Criança.

E como estou falando na área da saúde, senhor presidente, faço também um apelo ao governo do Estado

que neste caso do Hospital do Trabalhador, em conjunto com a Prefeitura Municipal e com a Universidade Federal do Paraná faz um trabalho que merece o nosso reconhecimento e as nossas congratulações, faço um apelo no sentido de que envide todos os esforços para regularizar a sua situação perante uma série de inúmeras entidades prestadoras de serviço ao Estado na área da saúde, na área da análise clínica.

Hoje nós temos, pelo menos eu diria, quem sabe umas três, quatro centenas de entidades hospitalares, laboratórios que estão atravessando os mais difíceis momentos, porque não conseguem receber pelos serviços prestados ao Instituto de Previdência, o IPE. Tenho uma planilha que me foi passada por um bioquímico farmacêutico onde o seu laboratório de análises tem contas a receber por trabalhos realizados no mês de março do ano passado, e não são contas milionárias ou bilionárias, cujos números estamos aí acostumados a ouvir pela mídia eletrônica, escrita ou falada desse nosso País. São contas de 229 reais, de 1.408 reais, 179 reais, 1.886 reais, que não são honradas pelo governo do Estado através do IPE, que por sua vez não honra os compromissos, porque não recebe da secretaria da Fazenda do governo do Estado, o repasse necessário.

É a mesma situação essa dos laboratórios de análise dos mais diferentes hospitais, não só de Curitiba e região metropolitana, mas espalhados por esse Paraná, muitos deles que já nos procuraram também, que estão com contas a receber há mais de um ano por serviços prestados ao poder público.

Faço esse apelo num dia em que nós talvez devêssemos estar até defendendo o governo, porque afinal de contas ele entra nesse processo como um consumidor desses serviços, e hoje todos sabemos que é dia de reverenciarmos o consumidor, pois, hoje acontece em todo o País, as comemorações do Dia Nacional de Defesa do Consumidor, e nesse momento não há como fazermos a defesa desse consumidor, o governo do Estado do Paraná, porque este consumidor de serviços laboratoriais, serviços médico-hospitalares, não tem, ao longo do tempo, se comportando de forma correta para com seus prestadores de serviço. Ao mesmo tempo, enalteço o trabalho realizado pelo Hospital do Trabalhador que recebe o prêmio Amigo da Criança, ao mesmo tempo em que enalteço o trabalho de diversos setores do governo e fora dele na defesa dos direitos do consumidor, tenho que aqui registrar essa falta de consciência e até de respeito aos prestadores de serviços por parte do governo do Estado, que não honra compromissos devidos há mais de um ano, cujos valores não ultrapassam a 230 reais. A soma dos valores anteriores chega a 3.702 reais.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência gostaria de registrar a presença em nossa Casa, da prefeita de Porecatú, senhora Neusa Maria Campos, presidente do PTB de Porecatú, senhor

Claúdio Pereira Campos, e o chefe do gabinete da Prefeitura de Porecatú, senhor João Batista.

Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Esta Presidência concede a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Quero deixar registro aqui em meu nome e em nome do deputado Durval Amaral, pela obra espetacular, magistral que, a nosso pedido, através de uma lei do orçamento, o nosso governador Jaime Lerner, repassou ao município de Cambé entre o Jardim Bandeirantes e o Jardim Novo Bandeirantes e ali com recursos que tive a satisfação de colocar no orçamento do Estado do Paraná, o governo conseguiu concluir as obras levando para aquela localidade, 2 centros de convivência para os idosos, levando uma área de recreação para empregar professores de Educação Física que saem das nossas universidades, e a maioria, senhores, não tem condições de conseguir um trabalho numa escola, e com esta obra o prefeito José do Carmo, com meu apoio e o do deputado Durval Amaral, nesta minha Emenda, no Orçamento do Estado, o prefeito José do Carmo poderá ali empregar professores de Educação Física, e também, nesta obra que eu julgo de fundamental importância, tirar as crianças das ruas para a prática do esporte, porque a criança de mente vazia é a sala do Satanás, é a sala do capeta, é a sala do demônio. O jovem, quando está com a mente vazia, às vezes ele tem ao seu lado não o amigo, mas um inimigo para enveredá-lo para o caminho das drogas, do alcoolismo, do roubo, da prostituição mercantilista.

Então, quero deixar registrada nesta tarde, em nome do deputado Durval Amaral, em meu nome, esta grande obra que o governo do Paraná constrói na cidade de Cambé, uma Emenda que nós lutamos, conseguimos, uma Emenda que representou não apenas o dinheiro, representou sim, geração de empregos, o idoso, dentro do Jardim Bandeirantes, como do Jardim Novo Bandeirantes, de Londrina ou de Cambé, poderá se reintegrar no Centro de Convivência aos Idosos. Porque os idosos também têm o direito de continuar vivendo porque aqui plantaram, porque ajudaram, não existe um idoso no meu País que não tenha dado uma parcela de contribuição ao meu Estado, ao bairro à vila, ao conjunto habitacional, à cidade, ao Estado e ao País, e quero mais adiante, agradecer também ao governo do Estado do Paraná.

Dois agradecimentos, primeiro ao ex-governador Álvaro Dias, que foi na gestão dele que se dava início de um projeto que eu implantei nesta Casa, e o governador Álvaro Dias me chamava ao Palácio e dizia que às vezes eu tinha idéias de países de primeiro mundo, mas não eram; nós tínhamos que ter idéias para tirar o adolescente das ruas, como foi feito na penitenciária em Guarapuava, uma penitenciária profissionalizante, idéia marcante que já vinha de idos passados, e eu não posso ser leviano e faltar com a verdade. As idéias também estavam no governo Álvaro Dias, de uma penitenciária profissionalizante

na saída de Londrina para Curitiba, mais precisamente, deputado José Maria Ferreira, na região de Tamarana. Não conseguimos naquela época o intento. O governador Álvaro Dias também deixou plantada aquela semente, e hoje temos em Guarapuava. Mas, fiquei sabendo, pela manhã, que o governador também quer agora implantar no Paraná, seguindo uma idéia plantada no governo Álvaro Dias, a Casa do Adolescente.

Temos que tirar o adolescente que está nas ruas, às vezes desocupado, às vezes sem posição definida, e o adolescente quando está desocupado, deputado José Maria Ferreira, vossa excelência que deu sua vida pela cidade de Ibiporã, que foi um exemplo de prefeito lá e poderia retornar ao cargo, porque tenho certeza que Ibiporã o reelegeria porque deixou marcado em Ibiporã uma série de obras que deixaram aquela cidade como um dos centros importantes da região metropolitana de Londrina, principalmente quando vossa excelência, sozinho, sem a ajuda de ninguém levou para Ibiporã, com recursos próprios, o Corpo de Bombeiros. Tirou até da prefeitura para construir o Corpo de Bombeiros e fui convidado para ver de perto.

Agora o meu governador Jaime Lerner quer construir no Paraná, nas principais cidades do Paraná, a Casa do Adolescente, tirar o adolescente da rua para fazer com que ele tenha um curso de informática. Já temos isso em Londrina, foi a primeira cidade-base em que o governador construiu e ali estão sendo formados milhares de jovens adolescentes.

Então, acho importante que se crie a Casa do Adolescente, como fez o deputado Waldyr Pugliesi nas inúmeras administrações que teve. Seria também leviano da minha parte se não falasse da sua administração. Plantou em Arapongas uma série de projetos na área da cidadania e na área da justiça social. Por isso vossa excelência tem que retornar à Prefeitura Municipal.

Quero deixar registrado neste Parlamento estas obras de fundamental importância que estão no programa de governo Jaime Lerner. Não adianta eu vir aqui fazer projeto; a minha missão aqui é cobrar aquilo. Se o governador Álvaro Dias fosse governador e lançasse um programa, eu teria que cobrar aquilo que estivesse no programa. Se o senador Roberto Requião se eleger governador eu tenho que cobrar aquilo que está no seu programa. Se o governador Jaime Lerner lançou o seu programa eu tenho que cobrar aquilo que está no seu programa. O que não posso é ficar fazendo projetos autorizatórios para aquilo que já está plantado num programa de governo.

Por isso quero parabenizar o governador e quero que ele cumpra na íntegra seu programa de governo, principalmente na área cidadania, da justiça social, da educação, da segurança. Na realidade, que ele cumpra a sua plataforma de governo lançada quando ganhou as eleições para o governo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PFL, PSDB.

(**Declinam**).

Pelo PMDB, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo à tribuna para conversar sobre o episódio que vivemos ontem aqui no Plenário desta Casa. Apresentamos um requerimento solicitando informações do governo em relação às viagens do governador ao exterior.

E, informalmente temos informações. Mas, gostaríamos de dados oficiais, para que pudéssemos nos posicionar, fundamentados na realidade. E dissemos aqui que achávamos que o governador Jaime Lerner viaja demais ao exterior, perfazendo 35 viagens, 286 dias fora do Paraná, visitando o exterior.

O deputado Cezar Silvestri demonstrou a sua chateação em relação ao nosso pronunciamento. Eu, inclusive, quero me desculpar com o deputado Cezar Silvestri se o ofendi, porque não era esta a nossa intenção. Mas, para não fazer um papel de bandido, de que nós, da Oposição, tenhamos votado contra autorização para que o governador saísse do Paraná com destino ao exterior, para não fazer um papel de bandido e ter votado contra, porque segundo a justificativa que o deputado Cezar Silvestri trouxe aqui, o governador se deslocou por problemas de saúde da senhora Fanny Lerner.

Confesso que não saiba, porque ninguém nos disse. Tenho em mãos uma cópia do ofício, da Mensagem 003/2000, de autoria do governador Jaime Lerner, aonde ele pede autorização da Assembléia para visitar os Estados Unidos. E o que diz o ofício? Vou ler aos senhores deputados.

(**Lê**):

“MENSAGEM Nº 003/00

Curitiba, 20.02.2000.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no Art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 02 a 10 de março próximo, entre os quais, ressalte-se, estão compreendidos os feriados do Carnaval.

Tal solicitação é formulada em razão de viagem que farei aos Estados Unidos da América, à cidade de Los Angeles, atendendo convite do seu prefeito e do “Federal Transit Administration - FTA”, daquele País.

O objetivo é a implantação, em cidades americanas de solução de transportes adotadas no Paraná, em conformidade com acordos celebrados com o secretário dos Transportes dos Estados Unidos da América, por ocasião de visita feita ao nosso estado, no ano próximo passado.

Por outro lado, viajarei, também, a Nova Iorque, a fim de tratar de assuntos particulares.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado”

Ora! Quer dizer, se há um problema de saúde na família do governador, é evidente que nós, deputados, iremos ter compreensão com relação a isso. Nenhum deputado, e nós da Oposição, criaremos qualquer obstáculo para que o governador se ausente do Paraná para fazer tratamento de saúde de sua família.

Agora, não foi isso o que o governador disse ao mandar o Ofício para Assembléia Legislativa! Não foi isso o que a imprensa disse! a imprensa? Que o governador foi a Los Angeles para dar palestra na Universidade Federal Transit Administration! Inclusive na coluna do jornalista Fábio Campana consta que mais de 8 mil pessoas assistiram ao show do governador Jaime Lerner, em Los Angeles.

Ora! Para que fique clara a nossa posição, de que estamos tratando com responsabilidade este caso e de que nós não teríamos nenhuma dificuldade em aprovar uma licença para o governador Jaime Lerner, para ele ir aos Estados Unidos, Paris, onde quer que seja, para tratar de assunto de saúde, porque todos nós temos família, temos coração, sensibilidade, e jamais iríamos nos negar ou fazer qualquer tipo de crítica, ou reparo, a uma viagem justificada. O que queremos discordar é das constantes viagens do governador ao exterior, 35 viagens, 286 dias viajando, conhecendo muito mais as cidades do exterior do que as cidades do Paraná, e é por isso que queríamos saber para onde que ele foi, o custo das viagens, quem pagou, os objetivos das viagens, e por aí a fora.

Então, senhor presidente, finalizo aqui as minhas palavras, colocando a nossa questão com precisão; não queríamos em hipótese alguma ferir os sentimentos de quem quer que seja, muito menos dos nossos colegas deputados que apóiam o governador Jaime Lerner aqui na Assembléia. Se eventualmente falamos alguma palavra que tenha ofendido algum colega parlamentar, queremos aqui nos penitenciar, porque a nossa visão é apenas e tão somente de lutar pela defesa dos interesses do Paraná, de cobrar transparência, de cobrar informações, de trazer ao conjunto deste Poder as informações indispensáveis para o trabalho, para o desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade de vida da população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB, PT, PST, PSB.

Liderança do Governo.

(Declinam)

Liderança da Oposição. Com a palavra, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhores deputados.

Com muita honra que falo como líder das Oposições desta Assembléia Legislativa, agradecendo a confiança dos meus colegas, deputados de Oposição. Na noite de ontem aceitamos a proposta de que ficaríamos na Liderança ate meados de agosto e em seguida outro companheiro assumirá.

O momento em que assumo a Liderança das Oposições é um momento como aquele filme: “Tempo Quente”. Essa Oposição que surgiu de um pacto firmado com treze deputados, depois mais um, quatorze deputados, em que tivemos a oportunidade de eleger, pelo menos ajudar a eleger a presidência da Casa; passando por uma fase nova, diferente, diria mais transparente, mais democrática, evidentemente muita coisa estamos acertando, mas há um princípio claro do permanente diálogo. Hoje pela manhã tivemos oportunidade, não estava presente, mas outros companheiros, uma conversa absolutamente franca com a Presidência, num momento em que a Assembléia Legislativa é extremamente exigida pela sociedade, por nós da Oposição - posicionamentos em relação à CPI do Pedágio, à CPI da Copel/Sercomtel, à CPI do Narcotráfico e em um momento que a Assembléia Legislativa do Paraná está sendo exigida pelos próprios deputados da Situação, diante dos problemas que estão sendo trazidos aí de fora, do próprio governo do Estado, cada um evidentemente tem que cumprir o seu papel nessa democracia que estamos construindo com pilares bem fortes.

Nós, da Oposição, tomaremos, e eu, como líder, levarei a opinião da maioria dessa Oposição com os problemas mais cruciais do Estado. Historicamente o Estado do Paraná está passando por um período de grande endividamento, baixa liquidez, problema de fluxo de caixa, problema de folha de pagamento, e escândalos.

Então, Oposição, senhor presidente, meus colegas deputados, deputado Valdir Rossoni, eminente líder da Situação, a sociedade, nesses momentos cobra de vocês, mas com absoluta contundência cobra da gente, da Oposição, porque o arejamento democrático faz com que, quando o governo está sendo colocado em xeque, eles cobram muito mais da Oposição. E temos procurado dar essa resposta.

Brilhantemente conduziu essa liderança o deputado Edgar Bueno. Não sei se falei da altura e do seu brilho, mas queremos contribuir com essa Assembléia: sermos contundentes na Oposição, mais simpáticos, elegantes e atenciosos com todos os companheiros dessa Casa. Nós, da Oposição, queremos fazer a Assembléia Legislativa ganhar; essa presidência ganhar; a Mesa Executiva ganhar. Ganhar o espaço, onde aqui sempre será o espaço, o esteio, e o pilar da democracia.

Hoje, senhor presidente, além de fazer essa introdução com relação às demandas da Oposição, quero fazer um comunicado à Casa, eu estava no meio de uma entrevista aos jornalistas quando vim ocupar esse espaço

e informar aos meus queridos jornalistas e a essa Casa, que brilhantemente faz essa cobertura, de que nesse momento está tendo um pequeno impasse e gostaria até que o deputado Valdir Rossoni, eminente líder da situação acompanhasse.

Hoje pela manhã, às 10h15 da manhã fui chamado ao telefone pelo presidente da APP Sindicato, o professor Romeu fui até o prédio Castelo Branco, onde na Secretaria de Administração, funcionários das escolas, aqueles servidores que prestam serviços gerais, zeladoras e secretários de escolas, com o apoio da APP Sindicato, já que eles fazem parte da APP Sindicato, estavam tencionando uma audiência com a secretária Elisa Paciornik. Ela não se encontrava. Houve alguns impasses de conversa - foi estabelecida por um capitão da PM, não foi diretamente com o diretor geral. A assembleia dos servidores, dos funcionários de escolas decidiram fazer um cordão de isolamento em torno do prédio, ninguém entrava e ninguém saía. Foi aquela confusão, começaram a bater nos vidros.

Uma das portas que dava acesso era de vidro temperado, quebrou-se, espatifou-se, foi mais ou menos similar com o que aconteceu com a porta aqui da Assembleia Legislativa naquela noite que a CPI estava aqui.

Os funcionários adentraram e ocuparam as instalações ali, em volta da Secretaria de Administração e estão ocupando até o presente momento. Cheguei naquela hora e o professor Romeu pediu que eu entrasse.

Falei com o pessoal da polícia, dois ou três policiais. Mantivemos o primeiro contato com o diretor geral, entramos com alguns dos servidores e mantivemos um certo diálogo, até um ponto em que os funcionários manifestaram a posição que iriam permanecer ocupando a secretaria.

O diretor geral falou que só negociaria se eles saíssem dali, então o impasse está formado, parece que houve agora um pequeno incidente com a Polícia Militar. gostaria de aqui propor uma pequena comissão de deputados, situacionistas e da oposição, para que fôssemos, logo em seguida a esta Sessão, fôssemos para lá verificar, estabelecer algum tipo de negociação.

Mas já falei com o presidente Nelson Justus dessa situação e quero aqui mostrar os dados que temos. Acho absolutamente justa a reivindicação dos servidores, são os servidores mais pobres do Estado do Paraná, a exemplo dos nossos servidores da Assembleia Legislativa a que já me referi ontem, que estão há 5 anos sem receber qualquer ajuste ou reposição, esses funcionários também.

Tenho aqui o olerite da senhora Rosicler Moreira, auxiliar de serviços gerais. Olerite de 96, total das vantagens R\$156,01, 97 total das vantagens R\$16,01, 99 a mesma coisa e 2.000, agora, fevereiro de 2.000 R\$156,01, até o centavo permanece o mesmo.

O governador disse que aqui no Paraná todo mundo já ganhava o salário mínimo de 100 dólares, portanto não bate com o olerite, tem alguma coisa errada.

O que eles querem é uma reposição de 41,14% que daria um impacto geral, na folha de pagamento, de apenas 0.32% absolutamente viável.

Fiz a proposta para a comissão que o governo do Estado mandasse uma mensagem para a Assembleia Legislativa; alegaram, que é por causa da Lei Camata, sugeri que demitissem os consultores que ganham mais de R\$13.000,00 lá da Secretaria da Educação e mais alguns cargos, alguma gordurinhas, dava para atender, porque estaríamos fazendo um grande favor para o pessoal mais pobre do serviço público estadual.

E também poderíamos aprovar aqui uma mensagem do governo do estado baseado no princípio da isonomia, porque a mesma zeladora que limpa o mesmo chão, lá no IAP, ganha mais que a zeladora de escola pública, então é uma questão de isonomia.

Acho absolutamente justa a reivindicação, já participei de uma rodada de negociações em 98, estava lá o secretário de Segurança, na época o secretário Rafael Greca, Miguel Salomão e Giovani Gionédís, prometeram uma cesta básica, na época no valor de R\$30,00. Alguns funcionários ficaram fora deste R\$30,00, por exemplo, funcionários com 20 horas, o que eu acho absolutamente injusto. Prometeram vale-transportes, que até agora não veio, mas já tem a garantia que virá uma mensagem para a Assembleia Legislativa, para o vale-transporte. Estão querendo agora o vale-alimentação como reivindicação. Reajuste salarial de 41%, não para todos os funcionários, mas para os funcionários que ganham menos. Acho que aí entra também muito funcionário desta Casa, senhor presidente, gostaria de alertar, aliás não tenho dúvida que esta Casa vai cumprir o aumento.

A campanha deles está retratada neste cartaz aqui em que efetivamente tem uma servidora pública, a dona Maria Isabel, com o salário que eu já citei aqui R\$156,01. É a campanha do prato vazio. Isso aqui é uma questão de ajuda humanitária, talvez o governador Jaime Lerner possa mandar uma mensagem para a Assembleia Legislativa, tipo, preenchendo o prato, uma mensagem no sentido de ajudar para que estas pessoas possam se alimentar condignamente. A campanha é forte, é contundente, é verdadeira, a fotografia é dessa zeladora, tive contato com ela, hoje de manhã, portanto absolutamente justa.

Para evitar que tenhamos mais problemas lá, quem sabe componhamos aqui uma pequena comissão, para hoje, pelo menos, poder atender a demanda lá e ver se não acontece mais nenhum problema com os servidores. E refletindo conosco, são os servidores mais pobres da administração pública, o próprio governo aí tem interesse que estes sejam, pelo menos, bem tratados, bem atendidos pelo governo.

Obrigado, senhor presidente, estamos à disposição, enquanto líder da Oposição, para estabelecer o diálogo necessário para que esta Assembleia saia ganhando, pode ser até que o governo perca, se depender da contundência da Oposição, mas a Assembleia, com certeza, vai ganhar.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de fazer um comunicado sobre a reunião de ontem da CEI. Fui incumbido de marcar duas reuniões para os deputados que compõem a CEI. Deputados: Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli, Tiago Amorim, Luiz Carlos Alborghetti, José Maria Ferreira e Caíto Quintana.

Hoje terá uma reunião às 16h30 na Promotoria de Investigações Criminais, com a Promotoria e o procurador geral, doutor Gilberto Giacóia, e estou agendando para amanhã uma reunião com o Grupo Fera, que tem a condução do delegado Adauton de Oliveira, para que os deputados possam tomar pé das investigações, como a CPI instalada na semana que vem para poder estreitar os trabalhos da Assembléia tanto com o Ministério Público, quanto com o Grupo Fera que investiga o crime organizado no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 273 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a transformação da sessão do dia 25 de abril, em Sessão Solene para as Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de Apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir o Programa de Parcerias, destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada.

Sobre o referido projeto, Emenda supressiva de Plenário de autoria do senhor deputado Beto Richa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 090/99

Suprima-se os art. 3º e 4º do Projeto de Lei nº 90/99.

Sala das Sessões, em 15.03.2000

(a) BETO RICHÁ

Apoioamento:

Cezar Silvestri, Antonio Baratter, Ademar Traiano, Geraldo Cartário, um ilegível.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DE C.C.J. (**Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 07/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por objetivo dispor a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e veículos de transporte coletivo no Estado do Paraná e dá outra providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 257 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 007/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 007/99.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/99, de autoria dos deputados Irineu Colombo, Augustinho Zucchi e Carlos Simões, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, e dá outras providências. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P.
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo, dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar.

Fundamentação

O projeto pretende facilitar a elaboração de produtos agroartesanais, diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores, proporcionando melhores condições de produção a eles em contrapartida de um mercado consumidor cada vez mais exigente.

Por analogia o disposto nos incisos II e III do art. 159, da Constituição Estadual podem ser aplicados aos produtos agroartesanais. Cabendo ao Estado adotar iguais medidas tanto aos produtos agropecuários como aos agro-artesanais.

Conclusão

Assim sendo, pela constitucionalidade contida no projeto em epígrafe, somos pelo Parecer Favorável a aprovação do mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Carlos Simões, tem por objetivo dispor sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Tal propositura, já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa facilitar a elaboração de produtos agroartesanais, diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores.

Pelo exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria dos deputados Irineu Colombo, Augustinho Zucchi e Carlos Simões, o projeto de lei em tela tem por finalidade dispor sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná e adota outras providências.

Fundamentação

A matéria ora proposta pretende facilitar a elaboração dos produtos em questão, diminuindo assim as dificuldades estruturais que os agricultores hoje enfrentam, proporcionando-lhes melhores condições de produção aos mesmos em contrapartida de um mercado consumidor cada vez mais exigente.

Conclusão

Assim sendo, chamada esta comissão a opinar, conforme lhe outorga o art. 33, § 5º, do Regimento Interno este relator manifesta-se favoravelmente pela aprovação do projeto em tela, na forma do substitutivo geral apresentado pela comissão de Saúde Pública, e que se encontra em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 052/99
VOTO EM SEPARADO

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantêm características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala.

§ 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem animal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

a) - carnes;

b) - leite;

c) - ovos;

d) - outros produtos de origem animal comestíveis.

§ 2º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem

vegetal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

- a) frutas;
- b) hortaliças;
- c) cereais;
- d) peixes, crustáceos e moluscos.
- e) outros produtos de origem vegetal comestíveis.

§ 3º - A produção define-se pelos seguintes limites de processamento e embalagem de matéria-prima anuais:

a) até vinte toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de grande porte.

b) até cinquenta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de médio porte.

c) até cento e vinte toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de pequeno porte.

d) até setenta e dois mil litros para produtor individual, quando a matéria-prima for o leite.

e) até trinta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

f) até cinquenta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de frutas e hortaliças, incluindo a matéria-prima utilizada para elaboração de açúcar mascavo, rapadura.

g) até cinco toneladas para produtor individual quando a matéria-prima for oriunda da apicultura.

h) até vinte toneladas de matéria-prima, por produtor individual, para produção de massas, pães, doces e salgados.

i) até cinquenta e duas mil dúzias por produtor individual, quando a matéria-prima for ovos.

§ 4º - O volume máximo de matéria-prima, a ser processado e embalado anualmente por estabelecimento agroartesanal, que atue de forma coletiva, deverá corresponder a somatória do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite individual.

§ 5º - Os produtos de que trata este artigo poderão ser comercializados em suas respectivas subregiões.

Art. 3º - Compete a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou a Secretaria de Estado da Saúde das sub-regiões, a inspeção e fiscalização dos produtos agro artesanais, bem como a orientação e treinamento de técnicos e auxiliares.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde das subregiões poderão conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade

dos produtos processados e embalados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - Compete a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou à Secretaria de Estado da Saúde, das subregiões, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com os municípios e entidades públicas, podendo ser cancelados quando não atenderem aos requisitos desta lei.

§ 2º - As prefeituras municipais e entidades públicas que possuam ou tenham acesso às estruturas técnicas e laboratorial, poderão solicitar convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com o *caput* deste artigo.

Art. 5º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanal de produtos de origem animal e vegetal deverá registrar-se junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Saúde, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento, dirigido à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Saúde da sub-região, solicitando registro e serviço de inspeção regional;

II - inscrição de produtor rural na Secretaria de Estado da Fazenda ou registro de Cadastro de Contribuinte do ICMS para pessoa jurídica (associações, cooperativas, empresas);

III - a apresentação de boletim oficial (emitido por um laboratório credenciado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde para cada sub-região) de exame de água a ser utilizada pelo estabelecimento processador e embalador agroartesanal, cuja característica deve ser enquadrada nos padrões microbiológicos e químicos determinados pelo órgão oficial responsável.

a) quando os resultados das análises da água estiverem fora dos padrões considerados pela legislação, impõe-se novo exame de confirmação antes de condená-la.

IV - Apresentação de análise prévia (emitido por um laboratório credenciado pela Secretaria da Agricultura e do abastecimento e/ou Secretaria de Saúde para cada sub-região) do produtos a serem industrializados e comercializados para cada sub-região;

V - apresentação de croqui de localização do estabelecimento, o qual não poderá transgredir o plano diretor do município e que não cause problemas de poluição ambiental de acordo com as normas do órgão de defesa do meio ambiente;

VI - as instalações para estabelecimento processador e embalador devem estar de acordo com a produção, apresentando construções e equipamentos compatíveis com o volume de produção, respeitando um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, de inspeção e de higienização.

Art. 6º - Os produtores poderão criar uma associação ou cooperativa visando a contratação de um técnico para que o mesmo possa ser o responsável pela inspeção das empresas associadas.

Art. 7º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanal de produtos de origem animal e vegetal manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do serviço de inspeção, objetivando o controle de produção.

Parágrafo Único - O serviço de inspeção poderá estabelecer, a seu critério, as análises fiscais par cada produto processado sem unos para os produtores e /ou proprietários de estabelecimentos processadores e embaladores agro artesanais. As análises de controle de qualidade, devem ser obrigatórias, cumprindo a legislação própria para cada produto bem como limites de processamento e embalagem.

O ônus referente ao controle de qualidade será de responsabilidade do produtor e/ou do município.

Art. 8º - O controle sanitário dos rebanhos que geram a matéria-prima para a produção agro artesanais é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal do Estado do Paraná.

Art. 9º - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade.

Art. 10 - A embalagem do produto agroartesanal de origem animal ou vegetal deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério de Saúde e o rótulo conter todas as informações preconizadas no código de Defesa do Consumidor, indicado que é produto agroartesanal com a inscrição junto ao órgão competente.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumidor acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no *caput* deste artigo, os demais produtos obedecerão à legislação vigente.

Art. 11 Cada sub-região poderá criar um selo de qualidade regional para os diversos produtos de origem animal e vegetal processados e comercializados naquela sub-região.

Parágrafo Único - A instituição do selo de qualidade regional deverá obedecer os seguintes critérios de adoção e manutenção:

I - treinamento e certificação de pessoal diretamente envolvido no processo de produção agroartesanal, no contexto de Boas Práticas de Fabricação.

II - certificação e monitoramento da qualidade através de análises laboratoriais, estabelecidas com base na legislação e origem de cada produto e, devidamente

adequada às condições de processamento e quantidade produzida.

III - as certificação e o monitoramento devem ser realizados por um laboratório credenciado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde de cada sub-região.

IV - inspeção para certificação e fiscalização de rotina realizadas pelo órgão competente para o registro do estabelecimento.

Art. 12 - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator.

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Serafina Carrilho, Cleiton Kielse, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 052/99, justifica-se conforme as razões que seguem:

1) As regiões do Estado do Paraná, estão se organizando, com projetos de desenvolvimento regional;

2) O selo regional é um avanço sobre o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), principalmente para pequenos produtores e empresários;

3) Cria uma mentalidade de desenvolvimento regional e de bloco;

4) Descentralização de certificações e decisões dentro de um projeto de lei estadual (ex. 052/99);

5) As regiões do Paraná, com os centros de pesquisa e Universidades têm condições técnicas para certificação e melhoria dos produtos.

ITEM 04

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 93/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, dispõe sobre a aplicação de recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e

cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a tramitação da proposição. Entendemos, que com a instituição do Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes, através da Lei nº 12348, de 19 de maio de 1.998, se torna necessária uma forma de alocar recursos para o funcionamento do fundo, objetivo da apresentação do projeto em tela.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos o nosso Parecer Favorável ao projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 93/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Beto Richa, o presente projeto de lei tem como objetivo dispor sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, entendemos tratar-se de proposta altamente significativa, que visa dar condições às ações planejadas pelo Estado através dos seus órgãos próprios, em especial o Conselho Estadual de Entorpecentes e imprimir uma vigorosa política de prevenção através de processos educativos.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 93/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 93/99, de autoria do deputado Beto Richa, propõe que o Estado destine “nunca menos do que 1% (um por cento) dos recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de

Entorpecentes”, orientando que tais recursos sejam “geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes e nos termos de Regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Trata-se de iniciativa visando coibir os males gerados a partir do consumo excessivo dos próprios produtos mencionados, no caso cigarros e bebidas. E como o projeto prevê a destinação mínima dos impostos arrecadados para o fim específico de prevenir, reprimir e fiscalizar o uso de entorpecentes, ensejando a possibilidade de redefinir a aplicação de recursos sem necessariamente gerar novas despesas, emitimos Parecer Favorável à proposta.

Opinamos, pois, pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do deputado Beto Richa, que concede isenção aos portadores de deficiência física, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 094/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo conceder aos portadores de deficiência física isenção total ou parcial do imposto de circulação de mercadorias e serviços/ICMS, e exclusivamente, na compra de veículos automotores, na forma de autorização do Chefe do Poder Executivo aos portadores de deficiência física e dificuldades de locomoção, dando outras providências.

Por se tratar de projeto de lei de cunho autorizatório, dependendo de parecer técnico do Poder Executivo para sua viabilização, no que tange a geração de despesas, não encontramos óbices legais e constitucionais com relação a propositura, podendo tramitar nesta Casa de Leis.

Assim nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 094/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Beto Richa, tem por finalidade conceder aos portadores de deficiência física a isenção total ou parcial do ICMS e, exclusivamente na compra de veículos automoto-

tores, na forma de autorização do Chefe do Poder Executivo e desta lei.

A matéria foi analisada anteriormente pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que manifestou-se favorável à aprovação deste projeto de lei.

Na competência desta Comissão de Finanças, constatamos que ele cumpre o que preceitua o Art. 33, § 3º, do Regimento Interno, inexistindo qualquer óbice para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 104/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional e legal da matéria, e observando que o setor pesqueiro do nosso Estado carece de linha de financiamento para que possa se desenvolver verificamos que nada obsta a sua tramitação normal, e somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 104/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, tem por objetivo, autorizar o Poder Executivo Estadual a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Após análise da matéria em epígrafe, esta Comissão concluiu, que trata-se de projeto de lei de caráter autorizatório, com elevado teor social, salientando-se que grande parte do potencial pesqueiro do Estado do Paraná não é explorado, devido a ausência de políticas de incentivo ao referido setor.

Em função das informações supracitadas, o nosso parecer é favorável, não havendo óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 256 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 104/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 104/99.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/99, de autoria do deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Dr. Ary de Christan. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (D.A nº 70, de 16.06.99).

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Lunardelli como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Santa Rita de Cássia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 186, de 06.12.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 637/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Lunardelli como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Santa Rita de Cássia.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 637/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o município de Lunardelli, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Santa Rita de Cássia.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, observamos como bem consta da justificativa do projeto em tela, que o município de Lunardelli, necessita dotar-se de infra-estrutura suficiente e adequada para atender a demanda de peregrinos. A presença do turismo peregrino movimentará toda a cidade, os estabelecimentos comerciais serão beneficiados. Todo este potencial ajudará para o desenvolvimento do município.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 01.03.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 253, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 255, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 258, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 259, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 272, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 260 e 261, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 263 a 266, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 267, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 269, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 270 e 271, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 274, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Em votação os deputados que aprovam queiram levantar-se. Doze (12) senhores deputados aprovam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

Esta Presidência recebe hoje parecer da Comissão Especial, presidida pelo deputado Luiz Carlos Martins e relatada pelo deputado Beraldin, projeto que aprova o nome do doutor Marco Antonio Teixeira para ocupar o cargo de procurador geral da Justiça do Estado do Paraná, após sessão ocorrida na manhã de hoje na Sala das Comissões desta Casa.

Aproveito a oportunidade, de acordo com o Regimento Interno, para marcar uma Sessão Extraordinária e Especial para segunda-feira, após a Sessão Plenária para que então se homologue a decisão da comissão, tão bem presidida pelo deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar que conseguimos mais uma assinatura para a CPI do Pedágio.

Estamos agora com 16 assinaturas. O deputado Moysés Leônidas nos forneceu a 16ª, faltando apenas duas assinaturas para que possamos constituir essa CPI aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, às 10h00 com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 003, 009, 027 e 041/00.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 093, 094, 330 e 637/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 177, 420, 015, 043 e 044/00.

Marco ainda uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Miguel Gellert Krigsner, a se realizar no dia 16, às 15h00.

Levanta-se a sessão.